



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 07 / 02 / 1994
C	Rubrica

Processo nº 10166.001380/91-71

Sessão de : 11 de maio de 1993  
Recurso nº: 89.560  
Recorrente: AQUARIUS COMERCIAL LTDA.  
Recorrida : DRF EM BRASÍLIA - DF

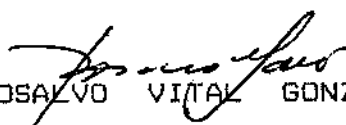
ACORDÃO Nº 203-00.416

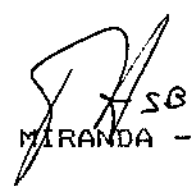
FINSOCIAL - BASE DE CÁLCULO - A venda de mercadorias sem emissão da nota fiscal correspondente, bem como a manutenção no passivo exigível de obrigações não comprovadas, integram a base de cálculo da contribuição. Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por AQUARIUS COMERCIAL LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Ausentes os Conselheiros MAURO WASILEWSKI e TIBERANY FERRAZ DOS SANTOS.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1993.

  
ROSALVO VITAL GONZAGA SANTOS - Presidente e Relator

  
DALTON MIRANDA - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE **27 AGO 1993** ao PFN, Dr. RODRIGO DARDEAU VIEIRA; ex-vi da Portaria PGFN nº 481, DO de 04/08/93.

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros RICARDO LEITE RODRIGUES, MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA, SERGIO AFANASIEFF e SEBASTIAO BORGES TAQUARY.

DPR/mdm/Graça



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 10166.001380/91-71  
Recurso nº: 89.560  
Acórdão nº: 203-00.416  
Recorrente: AQUARIUS COMERCIAL LTDA.

RELATÓRIO

O Auto de Infração diz que a Empresa foi autuada devido à falta de recolhimento da Contribuição, em virtude da omissão de receitas operacionais caracterizada pela falta de emissão de notas fiscais em vendas realizadas a órgãos públicos e pela não comprovação das obrigações relacionadas com a conta "Fornecedores" no balanço do ano de 1987.

A impugnação limita-se a argumentar que houve erro na apuração dos valores quer das vendas sem nota fiscal, quer na apuração do passivo fictício.

Na informação fiscal o autuante reconhece que cometeu erro na apuração dos valores base do lançamento e propôs a sua redução, com exclusão dos valores comprovados pela Autuada.

A decisão de primeiro grau manteve em parte a exigência e está assim ementada:

"Aplica-se o decidido no processo matriz do qual este é decorrente."

No recurso voluntário a Recorrente, após breve relato dos fatos, diz que 90% do seu faturamento é conseguido através de licitação, cuja interpretação fiscal é difícil, pois cada empenho dá origem a várias notas fiscais, sendo certo que o indício não basta fazer presumir a liquidez e a certeza da sonexação, não tendo a Fazenda Pública o direito de exigir crédito tributário sem a comprovação da ocorrência do fato gerador da obrigação principal. Cita jurisprudência do Tribunal Regional Federal - São Paulo.

Argumenta que a fiscalização cometeu erros, levantando em duplicidade vários lançamentos da conta "Fornecedores" e não teve o cuidado de notar que várias notas fiscais pertencem a uma mesma nota de empenho.

Diz que é Empresa idônea e trabalha com observância da legislação vigente. Cita doutrina.

Pede "o acolhimento destes escólios, acarretando ensanchas pela improcedência do referido auto de infração."



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 10166.001380/91-71

Acórdão nº: 203-00.416

As fls. 28, despacho do Presidente deste Colegiado baixando os autos em diligência ao órgão de origem para anexar a decisão do 1º Conselho de Contribuintes no processo relativo a Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

A diligência foi atendida, com a anexação daquela dita decisão, fls. 29 a 34, que negou, por unanimidade de votos, provimento ao recurso.

E o relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to be the initials 'JH'.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES

Processo nº: 10166.001380/91-71

Acórdão nº: 203-00.416

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ROSALVO VITAL GONZAGA SANTOS

Não consta da peça recursal mais que alegações genéricas. Nada traz de novo, quanto aos fatos; nada argumento quanto ao direito, exceto erro de apuração do valor base do lançamento; sem apresentar provas das alegações.

Tampouco apresentou as necessárias provas no processo dito matriz, relativo a Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, havendo a Colenda à Câmara daquele Colegiado negado provimento ao recurso, por unanimidade de votos.

Assim, nada vejo que altere a decisão recorrida e nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1993.

  
ROSALVO VITAL GONZAGA SANTOS